



CONTRATO Nº 41/2019
PROCESSO Nº 706/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE IÚNA/ES**, através da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 10.700.103/0001-18, com sede na Av. Prefeito Antônio Lacerda, nº 79, Quilombo, Iúna/ES, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **VANESSA LEOCÁDIO ADAMI**, funcionária pública, brasileira, solteira, portadora do CPF n.º 105.842.847-05 e RG n.º 14.045.837-MG, residente e domiciliada na Avenida Deputado João Rios, nº 34, Bairro Quilombo, neste Município e pelo Prefeito Municipal, Sr. **WELITON VIRGILIO PEREIRA**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF n.º 998.381.257-68 e RG n.º 11.639-8, residente e domiciliado à Rodovia ES, nº 185, Barra da Boa Sorte, Nossa Senhora das Graças, neste Município, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **AGROPAULOS PRODUTOS SANEANTES LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.633.230/0001-30, com endereço na Rua Itaoca, nº 222, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, cep: 29.102-205, telefone: (27)99501-7815, endereço eletrônico: comercial.agropaulos@hotmail.com, neste ato representada por **JOANETH FAIAN**, brasileira, viúva, empresária, portadora do CPF n.º 470.848.477-15 e do RG nº. 1.671.772 SSP/ES, residente na Rua Itaoca, nº 222, Praia de Itaparica, Vila Velha/ES, cep: 29.102-205, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A)**, resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

01) CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSETICIDAS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS AGENTES DE CONTROLE DE ENDEMIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

02) CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$17.688,00 (dezessete mil seiscentos e oitenta e oito reais).

2.2. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.2.1. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.3. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.4. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.5. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.



03) CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:

3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr. Danilo Leite Lima, matrícula nº 303964, Sergio Oliveira Raposo, matrícula nº 700150, nomeado por Portaria subscrita pelo Secretário Municipal de Gestão.

3.2. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção, em qualquer dia e hora devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

3.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

04) CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária 110002.1030100202.077.33903000000 – Ficha 027, desde já autorizado o empenho pelo Ordenador de Despesa.

05) CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. As condições de execução do objeto serão conforme informadas no anexo 1 deste termo.

5.2. O contrato vigorará por 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do dia 14 de fevereiro de 2019. Vedada a prorrogação.

06) CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1. As empresas que não cumprirem as normas e obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no edital e na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520/2002 quais sejam:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

d) Multa 1% por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pela contratada, limitado a 15%, pelo não cumprimento do prazo de assinatura do contrato, calculada pela fórmula:

$$M = 0,01 \times C \times D$$

Onde:

M = Valor da Multa,

C = Valor do contrato

D = Número de dias de atraso

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato no prazo de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;



- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a celebração do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

6.2. Na aplicação das penalidades previstas neste termo, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

07) CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

08) CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

8.1.1. Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;

8.1.2. Designar servidor para acompanhar a execução deste contrato;

8.1.3. Gerenciar o contrato até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações do contratado:

8.2.1. Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos nos autos que procedeu ao contrato;

8.2.2. Utilizar, no fornecimento dos objetos contratados, pessoal que atenda aos requisitos de qualificação necessária ao exercício das atividades que lhe for confiada;

8.2.3. Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência ao Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

8.2.4. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pelo (a) contratado (a), seus empregados, ou prepostos ao Contratante, ou a terceiros.

8.2.5. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.



- 8.2.6. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nos autos que procedeu ao contrato.
- 8.2.7. Comprometer-se a iniciar os serviços na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iuna;
- 8.2.8. Executar todos os serviços de acordo com as especificações e demais elementos técnicos que integram o termo de referência, obedecendo rigorosamente as normas técnicas existentes.

09) CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

- 9.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- 9.1.1. Unilateralmente pelo Contratante:
- 9.1.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;
- 9.1.1.2. Quando necessária a modificação contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 9.1.2. Por acordo entre as partes:
- 9.1.2.1. Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- 9.1.2.2. Quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente execução dos serviços;
- 9.1.2.3. O Contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- 9.1.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos conforme o caso;
- 9.1.2.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do Contratado, o Contratante restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

10) CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 10.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto deste contrato.
- 10.2. Fica o Contratante isento de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao presente Contrato, ficando o Contratado responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato.
- 10.3. O presente Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.
- 10.4. Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 10.520/02 e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 10.5. Integra este contrato a pertinente dispensa de licitação e termo de referência, cujas disposições vinculam ambas as partes.

11) CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna - ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

Este contrato é integrado dos seguintes anexos:

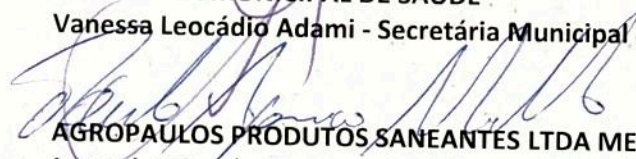
I – Anexo 1 – Termo de Referência;

II – Anexo 2 – Preços contratados.

Iúna/ES, 08 de março de 2019.


PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA
Weliton Virgílio Pereira - Prefeito Municipal


SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Vanessa Leocádio Adami - Secretária Municipal de Saúde


AGROPAULOS PRODUTOS SANEANTES LTDA ME
Joaneth Faian / ou procurador legalmente habilitado



ANEXO 1

1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

1.1. Os produtos deverão ser entregues de forma a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, devendo a ordem de serviços ser emitida pelo Setor de Compras, após a realização da Nota de Empenho e encaminhado à contratada.

1.2. A Autorização de Fornecimento deverá ser emitida na sua integralidade.

1.3. A contratada deverá transportar e descarregar todo material, bem como recolher qualquer produto que possua algum acidente nas embalagens sem acarretar nenhum tipo de custo extra a Prefeitura Municipal de Iuna, ficando o Município livre de quaisquer responsabilidades.

1.4. Os produtos deverão estar lacrados em perfeito estado, como informações presentes nas descrições dos mesmos.

1.5. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os materiais não atendam às especificações técnicas do objeto pretendido, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando a empresa a refaze-lo, observando as condições estabelecidas para a sua prestação, caso contrário, a contratada estará sujeita às penalidades legais cabíveis.

1.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de provas de regularidade com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, FGTS, INSS e Justiça do Trabalho, que serão entregues ao servidor responsável pela fiscalização do pretenso contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
SETOR DE CONTRATOS

ANEXO - CONTRATO Nº 000041/2019 - SEQUÊNCIA Nº000000498

Origem	Dispensa Nº 000008/2019			Processo	000706/2019		
Contrato	Contrato Nº 000041/2019						
Empresa	AGROPAULOS PRODUTOS SANEANTES LTDA ME						
CNPJ	CNPJ: 13.633.230/0001-30						
Endereço	Rua ITAOCA, 222 - Praia de Itaparica - Vila Velha - ES - CEP: 29102205						
Secretaria	00005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
Local	00510 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Item	Lote	Especificação	Marca	UN	Quant	Unitário	Valor Total
001		INSETICIDA LIQUIDO inseticida líquido, concentrado emulsionável a base de cipermetrina high-cis (80% de isômeros cis e 20% de isômeros trans) na concentração de 250g/lit (25%) de ação killin, nokdown, desalojante e residual, com registro no ministério da saúde, para aplicação pulverizada, fog e uvb. caixa contendo 12 litros, com registro no ms.		CX	4,00	1.068,00	4.272,00
002		OLEO PARA TERMONEBULIZACAO EM VIAS PUBLICAS descrição: óleo para termonebulização em vias públicas, sem emulsificante, de base parafínica de origem mineral, de cor clara e baixa viscosidade apresentando as seguintes características técnicas: aparência: líquido límpido de cor clara; cor astm, máx.: 1,0; densidade relativa, 20°C (g/cm³): 0,83~0,86; ponto de fulgor, min. (°c): 140; ponto de fluidez, máx. (°c): -9; umidade: isento; viscosidade cinemática, 40°C (cst): 8,0~15. apresentação: balde de 20 litros.		BD	78,00	172,00	13.416,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:							17.688,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:							17.688,00
AGROPAULOS PRODUTOS SANEANTES LTDA ME:							17.688,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
CARTÓRIO DYONÍZIO RUY

Avenida Jerônimo Monteiro, 1534 - Tel.: 3229-3803 - Telefax: 3229-0235 - Vila Velha - Est. Espírito Santo
Sucursal: Av. Santa Leopoldina, 1031 - Loja A - 04 - Tel.: 3289-2373 - Cel.: 99962-0714 - Coq. Itaparica - Vila Velha - Est. ES

Lucy de Oliveira Ruy
Tabeliã e Oficiala

Dyonízio Ruy Júnior
Escrivente Juramentado

Rose Anne de Oliveira Ruy
Substituta

Tiago Lorenzoni Ruy
Escrivente Substituto Designado

Experiência
&
Confiança

Livro Nº: 104

Folhas: 189

Tribunal, nomear preposto; constituir e/ou destituir advogado(s) com poderes da Cláusula "Ad Judicia", propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, acompanhando umas e outras até final decisão; transigir, acordar, discordar, confessar, impugnar, recorrer, assinar termos de compromissos, receber notificações e intimações, passar recibos, representá-la em assembléias e reuniões; discutir, deliberar, aprovar, acordar, assinar livros e atas, papéis e demais documentos; representá-la em concorrências públicas, apresentar propostas, promover desempate, participar de reuniões, assinar autorização para movimentação (AM) do Fundo de Garantia por Tempo Serviço (FGTS) dos empregados da Outorgante, bem como, efetuar os respectivos depósitos; representá-la perante Cartório de Protestos, atender exigências, apresentar e retirar títulos, pagar e receber importâncias, passar recibos, dar quitação; acompanhar processos, juntar e retirar documentos, fazer provas e justificações; praticando enfim, todos os demais atos necessários ao fiel e completo desempenho deste mandato, por mais especiais que sejam e embora aqui omitidos pareçam, podendo substabelecer ao todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Os dados do procurador e os elementos relativos ao objeto do presente mandato, foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles se responsabiliza. "A qualificação do procurador e a descrição do objeto do presente foram declarados pelo outorgante, o qual se responsabiliza civil e criminalmente por sua veracidade, bem como qualquer incorreção, isentando assim o notário de qualquer responsabilidade civil e criminal" ASSIM O DISSE do que dou fé e me pediu este instrumento que lhe li, aceitou e assina. Dispensadas as testemunhas instrumentárias por força do Artigo 626, Parágrafo único, do Código de Normas da corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, datado de 09 de dezembro de 2009. Eu, João Ferreira de Paiva, Escrivente Substituto Designado, que fiz digitar a presente, subscrevo e assino. (a.a.) João Ferreira de Paiva - JOANETH FAIAN representando AGROPAULOS PRODUTOS SANEANTES LTDA EPP. EU, *Daniel Sant'Anna Nogueira Lorenzi Neto* Escrivente Autorizado, que trasladei a presente nesta data, subscrevo e assino em público e raso e dou fé. Emolumentos: (Tab: 07, Item: IV, Letra A + Tab: 03, Item: IX) = R\$ 63,89 + (FUNEPJ - Lei Complementar 257/02 - ATO 677/02, Valor: R\$ 6,39 + (FARPEN - (Lei 6.670 - ATO 678/02), Valor: R\$ 0,00 + (FUNEMP - LC Nº 366/06), Valor: R\$ 3,19 + (ISS), Valor: R\$ 1,28 + FADESPES R\$ 3,19 + FUNCAD R\$ 3,19 = R\$ 81,13

Em Testº () da verdade.

Daniel Sant'Anna Nogueira Lorenzi Neto
Daniel Sant'Anna Nogueira Lorenzi Neto
Escrivente Autorizado

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
024620.IED1804.10613
Emolumentos: R\$ 63,89 Encargos: R\$ 17,24 Total: R\$ 81,13
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



259450000218



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
CARTÓRIO DYONÍZIO RUY

Avenida Jerônimo Monteiro, 1534 - Tel.: 3229-3803 - Telefax: 3229-0235 - Vila Velha - Est. Espírito Santo
Sucursal: Av. Santa Leopoldina, 1031 - Loja A - 04 - Tel.: 3289-2373 - Cel.: 99962-0714 - Coq. Itaparica - Vila Velha - Est. ES

Lucy de Oliveira Ruy
Tabeliã e Oficiala

Dyonízio Ruy Júnior
Escrivente Juramentado

Rose Anne de Oliveira Ruy
Substituta

João Lorenzoni Ruy
Escrivente Substituto Designado

*Experiência
&
Confiança*

Livro Nº: 104

Folhas: 188

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: AGROPAULOS PRODUTOS
SANEANTES LTDA EPP, NA FORMA ABAIXO:**

SAIBAM - quantos este público instrumento bastante virem que *aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito (24/04/2018)* em meu Cartório, sito à Av Santa Leopoldina, 1031, Loja A-04 nesta cidade de Vila Velha, Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, da República Federativa Brasil, perante mim Tabeliã, compareceu como **OUTORGANTE: AGROPAULOS PRODUTOS SANEANTES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o número 13.633.230/0001-30, com sede na Rua Itaóca, nº 222, Praia de Itaparica, Vila Velha-ES, representada neste ato por JOANETH FAIAN, filha de Eugenio Miguel Faian e Euphímia Forza Faian, brasileira, solteira, aposentada, residente e domiciliada na Rua Itabaiana, nº 188, Apartamento nº 1203, Praia de Itaparica, na cidade de Vila Velha-ES, portadora da cédula de identificação nº 1.671.772 - SPTC/ES, e inscrita no CPF/MF sob nº 470.848.477-15;** reconhecida como a própria por ter apresentado a documentação hábil, do que dou fé. Então por ela me foi dito que, por este público instrumento, constituía seu bastante procurador: **PAULO AFONCIO MACHADO, filho de Jairo Costa Machado e Maria Justino Machado, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua Tulipa, nº 251, Jardim Asteca, na cidade de Vila Velha-ES, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº. 01142364219 - DETRAN/ES, e inscrito no CPF/MF sob o nº 819.237.246-49;** a quem confere poderes amplos, gerais e ilimitados com reserva de iguais poderes, para gerir e administrar todos os negócios da Outorgante, podendo contratar e dispensar funcionários, dando-lhes atribuições, remunerações e comissões; comprar e vender mercadorias do seu ramo de negócio, assumir compromissos e obrigações; dar e receber garantias pessoais ou reais; representá-la perante fornecedores, Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias, Departamentos, Ministérios, Alfândegas, Secretarias, Delegacias, Consulados, Embaixadas, Banco Central do Brasil, Instituições Financeiras, I.N.S.S., Pessoas Jurídicas ou Físicas e onde mais preciso for, Sindicatos, tudo promover, praticar, requerer e assinar, cobrar e receber amigável e judicialmente, tudo quanto lhe for devido, passando recibos e dando quitações, representar perante bancos e estabelecimentos de Crédito e financeira, inclusive Unibanco S/A - União de Bancos Brasileiros, Banco HSBC, Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banestes S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Santander S/A, Unibanco S/A, ABN Amro Real S/A, Banco Itaú S/A, Banco Mercantil do Brasil S/A, podendo abrir, movimentar e/ou encerrar contas correntes e poupança, movimentando-as por meio de cheques e/ou cartão magnético, requisitar e retirar talonários de cheques, emitir e endossar cheques, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias, títulos de crédito à exportação, comercial, industrial e rural, verificar saldos e solicitar extratos de contas correntes, poupança e contas Investimento, requisitar e retirar cartão eletrônico, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques em conta corrente e poupança, efetuar resgates e aplicações financeiras, autorizar e efetuar débitos, transferências e pagamentos por carta, meio magnético ou outro meio legal, retirar cheques devolvidos, sustar/ contra-ordenar cheques, descontar duplicatas e outros títulos de crédito, caucionar títulos, contrair empréstimos e financiamentos, ajustando o valor, cláusulas e condições ajustadas, autorizar débitos em conta, relativo a operações de crédito, receber ordens de pagamento, inclusive do exterior, receber, passar recibo e dar quitação, representar perante a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, vender, transferir ou alienar cotas de empresas do ativo assinando o contrato social e alterações, representá-la em quaisquer repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, autarquias e de economia mista, nelas requerendo unificação de tributos, sub-divisão, registros, declarar imposto de renda, receber as devoluções, dar e receber quitação, cadastrar, requerer e assinar tudo mais que for preciso; podendo representar perante órgãos fiscalizadores de trânsito e de veículos, tais como DER, INMETRO, DETRAN's, Seguradora em todo o Território Nacional, requerer liberação de veículos, Polícia Federal, Estadual e Municipal, requerer certidões, nada consta, laudos, representá-la perante a Justiça do Trabalho e no Fôro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou

